



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA – UFDPAr**  
**CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO – CMRV**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – CCC**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALISON PORTELA DA SILVA**  
**FRANCISCO CLEISON DA ROCHA**

**INCENTIVOS FISCAIS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DO PERFIL DOS**  
**ARTIGOS NACIONAIS PUBLICADOS NO PERÍODO DE 2002 A 2022.**

**Parnaíba- PI**

**2024**

ALISON PORTELA DA SILVA  
FRANCISCO CLEISON DA ROCHA

INCENTIVOS FISCAIS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DO PERFIL DOS ARTIGOS  
NACIONAIS PUBLICADOS NO PERÍODO DE 2002 A 2022.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Prof. Me. Ana Clara Batista Sampaio.

Parnaíba- PI  
2024

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

R672i Rocha, Francisco Cleison da

Incentivos fiscais: um estudo bibliométrico do perfil dos artigos nacionais publicados no período de 2002 a 2022. [recurso eletrônico] / Francisco Cleison da Rocha, Alison Portela da Silva. – 2024.  
58 p.

TCC (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2024.  
Orientação: Prof. Me. Ana Clara Batista Sampaio.

1. Incentivos fiscais. 2. Bibliometria. 3. Produção científica.
4. Agenda de pesquisa. I. Sampaio, Ana Clara Batista. II. Título.

CDD: 657

**ALISON PORTELA DA SILVA  
FRANCISCO CLEISON DA ROCHA**

**INCENTIVOS FISCAIS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DO PERFIL DOS ARTIGOS  
NACIONAIS PUBLICADOS NO PERÍODO DE 2002 A 2022.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Me. Ana Clara Batista Sampaio (Orientador)  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

---

Prof. Esp. Rita de Cassia de Sousa Aguiar  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

---

Prof. Esp. Vera Beatriz Soares de Oliveira  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Dedicamos a Deus e a nossos familiares.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal Delta do Parnaíba, expressamos nossa gratidão por proporcionar um ambiente acadêmico enriquecedor e por fornecer os recursos necessários ao longo de toda a graduação.

A Prof. Me. Ana Clara Batista Sampaio, dedicamos nossos agradecimentos, reconhecendo seu vasto conhecimento, paciência e sua orientação excepcional, fundamentais para o êxito desta pesquisa.

Agradecemos ao Prof. Dr. Rafael Araújo Sousa Farias, pelos valiosos conhecimentos compartilhados e pelas preciosas contribuições.

Aos colegas da turma de graduação, agradecemos pelas reflexões, críticas e sugestões construtivas recebidas ao longo do processo.

Expressamos nossa profunda gratidão aos queridos familiares e amigos que nos apoiaram e acreditaram na concretização deste trabalho.

## RESUMO

Os incentivos fiscais referem-se a benefícios concedidos pelo Estado, envolvendo a renúncia de receitas públicas para promover o desenvolvimento econômico de determinadas regiões ou setores. O trabalho tem como finalidade analisar a produção científica sobre incentivos fiscais no período de 2002 a 2022, restringindo-se às produções nacionais. Para a consecução do objetivo geral, identificou-se a produção científica nacional e explorou-se o perfil e o comportamento dos estudos durante essas duas décadas. Observou-se que apenas uma bibliometria foi encontrada sobre o tema, e não foca na análise de artigos em periódicos nacionais, o que limita sua capacidade de representar adequadamente a realidade dos estudos sobre incentivos fiscais no contexto brasileiro. Em vista dessa limitação, o presente trabalho busca preencher essa lacuna por meio da realização de um estudo bibliométrico utilizando o método ProKnow-C para mapear a produção científica relacionada aos incentivos fiscais no período citado. A partir disso, foram identificados um total de 91 artigos nos repositórios Periódicos Capes, Spell e SciELO, sendo reduzidos a 60 trabalhos, devido à adequação dos artigos com os temas. Os artigos da amostra analisada apresentaram crescimento na produção científica nos períodos de 2010, com destaque para autores, afiliações e tipos de pesquisa predominantes. A condução do trabalho baseou-se em três proposições referentes às Leis da Bibliometria, das quais duas se confirmaram e uma foi refutada. Como contribuição teórica este estudo oferece uma agenda de pesquisa para futuros trabalhos, traçando o perfil da produção científica nacional relacionada aos incentivos fiscais e assegurando uma compreensão mais aprofundada desse tema.

**Palavras-chave:** Incentivos Fiscais; bibliometria; Produção Científica; Agenda de Pesquisa.

## ABSTRACT

Tax incentives refer to benefits granted by the state, involving the waiver of public revenues to promote the economic development of certain regions or sectors. The work aims to analyze the scientific production on tax incentives in the period from 2002 to 2022, restricted to national productions. In order to achieve the general objective, the national scientific production was identified and the profile and behavior of the studies during these two decades were explored. It was observed that only one bibliometrics was found on the subject, and it does not focus on the analysis of articles in national journals, which limits its ability to adequately represent the reality of studies on tax incentives in the Brazilian context. In view of this limitation, the present work seeks to fill this gap by conducting a bibliometric study using the ProKnow-C method to map the scientific production related to tax incentives in the cited period. From this, a total of 91 articles were identified in the Capes, Spell and SciELO repositories, being reduced to 60 works, due to the adequacy of the articles with the themes. The articles in the analyzed sample showed an increase in scientific production in the 2010 periods, with emphasis on authors, affiliations and predominant types of research. The conduct of the work was based on three propositions related to the Laws of Bibliometrics, of which two were confirmed and one was refuted. As a theoretical contribution, this study offers a research agenda for future work, outlining the profile of national scientific production related to tax incentives and ensuring a deeper understanding of this theme.

**Keywords:** Tax Incentives; bibliometrics; Scientific production; Research Agenda.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Leis da bibliometria.....	21
<b>Figura 2</b> - Fluxograma da pesquisa nacional.....	32
<b>Figura 3</b> - Nuvem de palavras mais citadas nos temas.....	39

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> – Exemplos de Incentivos Fiscais Federais.....	25
<b>Quadro 2</b> – Agenda de Pesquisa.....	4646

## LISTA DE GRAFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Distribuição dos artigos ao longo dos anos (2002 a 2022). .....	34
<b>Gráfico 2</b> - Quantificação de autores por trabalho.....	36
<b>Gráfico 3</b> – Técnicas de coleta de dados. ....	42
<b>Gráfico 4</b> – Setores econômicos pesquisados.....	43

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Palavras-chave utilizadas para busca dos artigos científicos .....	31
<b>Tabela 2</b> - Autores que obtiveram mais publicações .....	35
<b>Tabela 3</b> - Quantidade de publicações por autor. ....	36
<b>Tabela 4</b> – Instituições vinculadas aos autores dos artigos publicados.....	37
<b>Tabela 5</b> - Frequência de termos.....	38
<b>Tabela 6</b> - Periódicos de Destaque do Portfólio. ....	40
<b>Tabela 7</b> - Classificação Qualis/Capes. ....	40
<b>Tabela 8</b> - Natureza dos estudos .....	41
<b>Tabela 9</b> – Tipos de pesquisar. ....	41
<b>Tabela 10</b> - Métodos de incentivo fiscal abordados. ....	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

P, D&I.	Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
CTN.	Código Tributário Nacional
MCASP.	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
SUDENE.	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDAM.	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO.	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDESUL.	Superintendência de Desenvolvimento do Sul
IRPJ.	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
UFSC.	Universidade Federal de Santa Catarina
UFGD.	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMG.	Universidade Federal de Minas Gerais
UFF.	Universidade Federal Fluminense
FGV.	Fundação Getúlio Vargas
IMED.	Instituto de Medicina, estudo e desenvolvimento
UFGD.	Universidade Federal da Grande Dourados
UFPA.	Universidade Federal do Pará
IFRN.	Instituto Federal do Rio grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1.1 Tema e Contextualização</b> .....	15
<b>1.2 Problema e Lacuna de Pesquisa</b> .....	16
<b>1.3 Pergunta de Pesquisa</b> .....	17
<b>1.4 Objetivo</b> .....	17
<b>1.4.1 Objetivo Geral</b> .....	17
<b>1.4.2 Objetivos Específicos</b> .....	17
<b>1.5 Ângulo de Abordagem</b> .....	17
<b>1.6 Hipóteses ou Proposições de Pesquisa</b> .....	18
<b>1.7 Justificativas</b> .....	19
<b>1.8 Estrutura do Trabalho</b> .....	20
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	21
<b>2.1 Leis Bibliométricas</b> .....	21
<b>2.2 Incentivos Fiscais</b> .....	23
<b>2.3 Renúncia Fiscal</b> .....	26
<b>2.4 Pesquisas Anteriores</b> .....	28
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	31
<b>3.1 Seleção do Portifólio Bibliográfico</b> .....	31
<b>3.2 Análise Bibliométrica</b> .....	33
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS</b> .....	34
<b>4.1 Distribuição temporal dos artigos</b> .....	34
<b>4.2 Frequência da publicação dos autores</b> .....	35
<b>4.3 Características de autoria: quantificação de autores por trabalho</b> .....	36
<b>4.4 Quantificação dos trabalhos por vínculo</b> .....	37
<b>4.5 Nuvem de palavras</b> .....	38
<b>4.6 Quantificação dos periódicos e Qualis</b> .....	39
<b>4.7 Natureza, tipo de pesquisa e coleta de dados</b> .....	41
<b>4.8 Setores e aspectos de incentivos fiscais</b> .....	43
<b>4.9 Agenda de Pesquisa</b> .....	44
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	48
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	50

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e Contextualização

A elevada carga tributária no Brasil desestimula empreendedores, dificultando o início de novos negócios e levando os contribuintes a evitarem o desenvolvimento e a evolução, resultando em uma crescente dependência do Estado (Paula; Costa; Ferreira, 2017; Salles, 2023). Desta forma, as instituições buscam caminhos dentro da lei, que venham a possibilitar a diminuição do custo tributário, e proporcionar uma posição melhor no meio competitivo em que ela se encontra (Dias, 2015). Diante disso, existem os incentivos fiscais que auxiliam as empresas a permanecerem ativas e competitivas no mercado e estimular a oferta de inovações por parte das empresas, que decidem como alocar os recursos no esforço inovador (Mazzucato, 2014.)

Os incentivos fiscais podem ser divididos em subvenções e incentivos tributários (Kannebley Júnior; Porto, 2012). As subvenções governamentais são auxílios pecuniários ofertados pelo governo para as empresas, com o objetivo de financiar e incentivar elas quanto a sua atividade, além de provocar o estímulo em setores da economia e determinadas regiões do país (Marcelino; Souza, 2018). De outro modo, o incentivo tributário é um método econômico para as empresas, e que oferece autonomia a elas para direcionar seus gastos em Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) (Kannebley Júnior; Porto, 2012).

Os incentivos fiscais correspondem a benefícios concedidos pelo Estado que resultam em renúncia de receitas públicas em favor dos contribuintes, visando a promoção do desenvolvimento econômico de determinada região ou setor de atividade (Harada, 2011; Formigoni, 2008). Partindo disso, tem-se a Lei do Bem que foi criada com o objetivo de oferecer benefícios fiscais para estimular empresas a investirem em P, D&I, tornando-se mais acessível por não exigir autorização prévia do governo (Rocha, 2011). A adoção da Lei do Bem pode trazer vantagens fiscais relevantes para as empresas, sobretudo para aquelas que estão sob o regime tributário do lucro real, tornando viável obter uma economia tributária significativa (Araujo; Basante, 2011).

A pesquisa sobre os incentivos fiscais abrange diversas perspectivas, incluindo seu desenvolvimento, aplicação, bem como os benefícios e impactos financeiros dentro das entidades (Marques; Leal; Rody, 2016; Santos; Rapini; Mendes, 2020; Santos; Grando; Paulo, 2020). Além disso, diversos estudos que exploraram a temática dos incentivos fiscais os

examinaram sob uma visão específica, investigando sua presença no planejamento tributário, as políticas e programas que regem sua concessão, e as transformações resultantes de sua utilização focada na promoção da inovação nas empresas (Bornia; Almeida; Silva, 2020; Dias, 2015; Griebeler; Silva; Allebrandt, 2020). Partindo disso, tem-se a bibliometria como uma ferramenta que desenvolve estudos para sistematizar a literatura de determinada área do conhecimento (Leite *et al.*, 2019).

Nos últimos anos, a contabilidade brasileira identificou a importância da informação e do uso de estudos bibliométricos (Zuccolotto; Riccio, 2013). Em resumo, a bibliometria é uma metodologia favorável para aprofundar a produção científica (Moreschi; Bello; Hayashi, 2013). Outrossim, sendo composta por um conjunto de princípios e leis, e sua aplicação faz uso de métodos matemáticos e estatísticos para mapear a produção científica de autores e periódicos, identificar tendências e avaliar a produção de forma quantitativa (Café; Bräscher, 2008). Uma vantagem da pesquisa bibliométrica é facilitar os estudos de um pesquisador, levando em consideração o uso de indicadores que ajude na captação de informações e resultados encontrados de uma forma mais rápida, do que aquela pesquisada individualmente (Splitter; Rosa; Borba, 2012).

## **1.2 Problema e Lacuna de Pesquisa**

Os incentivos fiscais e suas políticas de capital e produção, já foram objetos de investigações sobre diferentes metodologias (Nascimento; Lima, 2005). Segundo Rezende, Dalmácio e Rathke (2018), ainda há muito o que se estudar e evoluir sobre a temática dos incentivos fiscais, principalmente em direção a criação de uma teoria que relacione a economia gerada por meio das ações de planejamento tributário, e das políticas das empresas. Nesse contexto, a bibliometria vem para identificar a evolução sobre a literatura de determinada área do conhecimento, na qual utiliza de técnicas quantitativas para descrição das informações da temática abordada (Tavares; Celerino, 2018).

Identificou-se que nos últimos 20 anos foram publicados uma quantidade expressiva de artigos sobre o tema incentivos fiscais. Ademais, ressalta-se que foi encontrado apenas uma publicação científica bibliométrica a respeito do tema, realizado por Almeida e Santos (2019). Esse estudo analisou as publicações nos periódicos internacionais utilizando a plataforma *Scopus*. Nesse sentido, tal estudo não pode ser utilizado para representar a realidade dos estudos brasileiros. Desse modo, tendo em vista que a bibliometria é uma ferramenta útil para o pesquisador e que facilita o levantamento nas bases dados, haja vista que ela pode filtrar grande

parte das informações (Mugnaini, 2003), torna-se necessário a realização de um estudo bibliométrico. Esse tipo de trabalho pode traçar o perfil das publicações científicas nacionais a respeito dos incentivos fiscais. A ausência de tal trabalho caracteriza-se como a lacuna da presente pesquisa.

### **1.3 Pergunta de Pesquisa**

Diante da lacuna exposta, é possível identificar a seguinte questão de pesquisa: **Qual o perfil das publicações científicas nacionais a respeito do tema incentivos fiscais no período de 2002 a 2022?**

### **1.4 Objetivo**

#### **1.4.1 Objetivo Geral**

Identificar o perfil das publicações científicas nacionais a respeito do tema incentivos fiscais no período de 2002 a 2022.

#### **1.4.2 Objetivos Específicos**

**Objetivo específico 1:** Identificar a produção científica nacional acerca do tema incentivos fiscais no período de 2002 a 2022.

**Objetivo específico 2:** Identificar o perfil e o comportamento da produção científica nacional acerca do tema incentivos fiscais no período de 2002 a 2022.

**Objetivo específico 3:** Apresentar, mediante estatística descritiva e técnicas bibliométricas, o perfil e o comportamento da produção científica nacional acerca do tema incentivos fiscais no período de 2002 a 2022.

### **1.5 Ângulo de Abordagem**

Com vistas a atingir os objetivos mencionados, o presente trabalho adotará como abordagem teórica os conceitos de incentivos fiscais e bibliometria. Por sua vez, quanto à abordagem metodológica, o estudo adotará a técnica da bibliometria a partir da utilização do

método ProKnow-C, na realização do mapeamento dos dados, por meio de seleção do portfólio bibliográfico e análise bibliométrica para alcançar os objetivos do estudo.

## **1.6 Hipóteses ou Proposições de Pesquisa**

Nas publicações de trabalhos científicos nacionais sobre os incentivos fiscais, encontra-se apenas uma pesquisa bibliométrica sobre o tema, no qual este é realizado pelas autoras Almeida e Santos (2019), dificultando a comparação dos resultados com outros trabalhos. Todavia, a bibliometria apresenta três principais leis que compõem o seu desenvolvimento sobre o comportamento da literatura, sendo elas a Lotka, Zipf e Bradford (Araújo, 2006; Guedes, 2012). Posto isto, a lei de Lotka (1926), conhecida também como lei do quadrado inverso, analisa a produtividade dos autores quanto a publicação de artigos científicos (Santos; Kobashi, 2009). Em suma, a lei de Lotka afirma, que em determinado campo do conhecimento a representatividade de autores que contribuem uma única vez se aproxima de 60%, em relação àqueles que contribuem com mais de uma publicação dentro desse campo (Machado Junior *et al.*, 2016; Urbizagastegui, 2008). Diante das colocações anteriores, o presente trabalho apresenta a primeira proposição de pesquisa:

**1ª proposição: A lei de Lotka se confirmará, mostrando que grande parte dos autores publicaram apenas uma vez sobre os incentivos fiscais.**

As leis de Zipf indicam que um pequeno grupo de palavras ocorre muitas vezes, enquanto um grande número de palavras é de pequena frequência de ocorrência (Guedes; Borschiver, 2005). Segundo Guedes (2012) as leis de Zipf investigam as distribuições de frequências de palavras em determinado texto afirmando-as de modo proporcional a sua posição de forma decrescente. As leis de Zipf afirmam que se as palavras em um texto de tamanho considerável fossem listadas em ordem decrescente de frequência, a graduação de uma palavra na lista seria inversamente proporcional à sua frequência (Splitter; Rosa; Borba, 2012). Essa relação entre a posição de uma palavra e sua frequência em um texto longo foi estabelecida por Zipf e é amplamente utilizada na análise de textos científicos e tecnológicos (Guedes; Borschiver, 2005; Araújo, 2006). Diante do exposto anteriormente, o presente estudo apresenta a segunda proposição de pesquisa:

**2ª proposição: A Lei de Zipf Se confirmará, comprovando uma frequência maior em torno da considerada palavra-chave “incentivos fiscais”.**

A lei de Bradford (1934) analisa a frequência do número de artigos, publicados em periódicos de determinada área e a produtividade de cada temática (Sembay *et al.*, 2020). Além disso, com o uso da lei de Bradford observa-se que na medida em que um artigo, sobre um novo assunto é publicado, será submetido muitas das vezes a uma avaliação por pares, e se for aceito, irá atrair outros artigos da mesma temática, aumentando o desenvolvimento dos estudos na área (Guedes; Borschiver, 2005). No entanto, foi observado que ao ser analisada dependendo da situação a aplicação da lei de Bradford pode não ser muito confiável, devido a deficiência no seu modelo atual para identificar o verdadeiro método do fenômeno (Lousada, *et al.*, 2012). Diante do que foi evidenciado anteriormente, o referente estudo apresenta a terceira proposição de pesquisa:

**3ª proposição: A lei de Bradford se confirmará, levando em conta a grande quantidade dos artigos encontrados nos repositórios em relação aos incentivos fiscais.**

### **1.7 Justificativa**

A técnica bibliométrica é utilizada para mapear o conhecimento por meio de índices estatísticos, buscando medir a disseminação, produção, e o desenvolvimento dentro das diversas áreas do saber científico (Costa *et al.*, 2012). Em vista disso, o referente estudo destaca a importância da bibliometria, visto que ela possibilita uma visão ampla do saber construído, deixando evidente o que está sendo produzido a respeito do tema, além de disponibilizar informações sobre o que ainda é necessário que seja estudado dentro de determinado campo científico. Ademais, a bibliometria se mostra importante para a comunidade acadêmica, visto que por meio dela é possível obter informações sistematizadas, imediatas, e compreensíveis sobre determinada área do saber, possibilitando o avanço em suas pesquisas e construção do conhecimento.

A respeito do tema incentivo fiscais somente uma pesquisa bibliométrica é encontrada, cujo esta é realizada pelas autoras Almeida e Santos (2019). Diante disso, o referente trabalho fundamenta-se por meio da atualização de trabalhos bibliométricos que analisem as publicações científicas a respeito dos incentivos fiscais, visto que a única e última bibliometria sobre eles foi publicada no ano de 2019. Ademais, a pesquisa contribui com a ampliação do estudo bibliométrico anterior, apresentando o perfil de uma quantidade maior de artigos nacionais e analisando-os em um período maior de tempo.

O presente trabalho se justifica pelo preenchimento da lacuna identificada, acerca da necessidade da realização de um estudo bibliométrico, que busque traçar o perfil das publicações científicas nacionais a respeito dos incentivos fiscais. Outro fator que justifica a realização do presente estudo, é a contribuição para o avanço do conhecimento científico, gerado a partir dos resultados bibliométricos sobre os incentivos fiscais. Além disso, este trabalho se justifica também pelo conhecimento empírico gerado a partir da análise dos artigos, pois para Guedes (2012), a bibliometria é constituída por leis e princípios empíricos estatísticos, e a aplicação destes torna possível a obtenção de indicadores que auxiliam na sistematização de informações e conhecimento.

A bibliometria colabora na sistematização de pesquisas, e proporciona aos pesquisadores uma direção quanto a propostas de futuras pesquisas (Chueke; Amatuci, 2015). Assim, o presente trabalho tem a intenção estimular o interesse na realização de novas pesquisas, partindo da formulação de uma agenda de pesquisa, cujo contém lacunas deixadas por outros pesquisadores e que ainda podem ser exploradas. Além disso, justifica-se pela atualidade do tema, no qual possui público acadêmico que busca compreender o perfil da produção acadêmica sobre os incentivos fiscais, e que procuram oportunidades para a realização de novas pesquisas sobre o tema.

## **1.8 Estrutura do Trabalho**

Para realizar o estudo bibliométrico, o trabalho foi estruturado em 05 capítulos. O primeiro capítulo (introdução do estudo) aborda inicialmente a contextualização do tema. Logo depois, apresenta-se o problema, a lacuna, e as justificativas que apoiam a realização do presente trabalho. A parte inicial do primeiro capítulo embasa a criação da pergunta da pesquisa e dos objetos geral e específicos que se deseja chegar. No final do primeiro capítulo enuncia-se a estrutura do trabalho.

O segundo aborda a discussão do referencial teórico sobre as principais leis da bibliometria, bem como os conceitos e aspectos dos incentivos fiscais e as pesquisas anteriores relativas ao tema. Em seguida, no terceiro capítulo está disponível os aspectos metodológicos, o quais foram segregados, de modo a detalhar como foi realizada a seleção do portfólio bibliográfico e a análise bibliométrica. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados encontrados em relação ao cenário nacional dos incentivos fiscais, com o objetivo de aceitar ou rejeitar as proposições do estudo. Além disso, nesta seção, é exposta a agenda de pesquisa proposta. Por fim, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais.

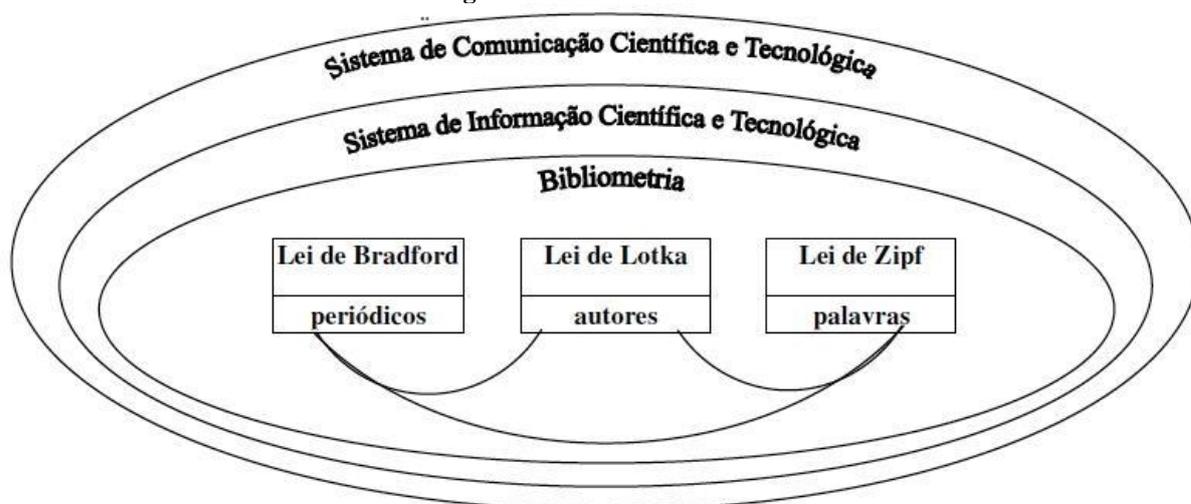
## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Leis Bibliométricas

A Bibliometria originalmente chamada de bibliografia estatística – foi nomeada por Paul Otlet em seu livro *Traité de Documentacion* (Araújo, 2006). Seu campo de estudo proposto por Pritchard na década de 1960, que consiste em uma metodologia de análise de dados relacionados às atividades científicas e áreas correlatas (Pritchard, 1969). Essa abordagem permite identificar características comuns entre essas atividades, auxiliando na avaliação do impacto e da influência de uma área de estudo, bem como na tomada de decisões sobre investimentos em pesquisa e desenvolvimento (Chueke; Amatucci, 2015; Kobashi; Santos, 2008).

Estudos estatísticos examinam características de publicações (autores e palavras-chave), com o intuito de compreender, descrever e antecipar o fluxo de informações na comunicação escrita (Urbizagástegui, 2002a). Essas pesquisas empregam métodos quantitativos para analisar e interpretar dados, permitindo uma abordagem objetiva na investigação do processo comunicativo por meio da escrita (Machado Junior *et al.* 2016). Tendo em vista ao longo do tempo, estudos sobre a frequência da comunicação escrita revelaram modelos de comportamento que se estabeleceram como padrões de análise de dados (Guedes; Borschiver, 2005). Conforme os mesmos autores, nesses padrões destacam-se a Lei de Lotka (1926), a Lei de Bradford (1934) e a Lei de Zipf (1949). Como apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Leis da bibliometria



Fonte: Adaptada de Guedes e Borschiver (2005).

Em 1926, Alfred J. Lotka realizou um estudo sobre a produtividade científica de químicos e físicos, examinando a distribuição de frequências das publicações – Lotka observou uma relação quantitativa entre os autores e sua produção científica (Sobrino; Caldes; Guerrero, 2009). Sua observação revelou uma distribuição assimétrica, com poucos autores concentrando a maior parte dos artigos, enquanto a maioria dos artigos era distribuída entre muitos autores, além disso, Lotka constatou uma correlação negativa entre os autores e sua produtividade (Guedes; Borschiver, 2005). Ao longo do tempo, várias pesquisas têm sido conduzidas com o intuito de aplicar ou revisar a Lei de Lotka, no entanto, os resultados obtidos têm sido inconsistentes e nem sempre conclusivos (Urbizagastegui, 2008b).

Bradford, apresentou um estudo inovador no ano de 1934, acerca das suas observações sobre a dispersão de artigos de periódicos, no qual em 1948 passou a possuir o status de lei (Ferreira, 2010; Pinheiro, 1983). O objetivo de seu estudo era constatar a extensão em que surgem artigos científicos que discutem sobre um assunto específico de determinada área, em periódicos que abordam assuntos diferentes, analisando a dispersão dos artigos com foco nas variáveis de afastamento ou de proximidade (Araújo, 2006). Deste modo, Bradford observou uma disposição dos periódicos a partir de zonas, que apresentam uma ordem de produtividade de artigos de forma decrescente, de modo que muitos periódicos produziam pouco, outros produziam apenas alguns artigos, e alguns produziam muitos (Guedes, 2012).

Dentro das leis clássicas bibliométricas, a terceira é a lei de Zipf, cujo foi elaborada no ano de 1949 e detalha a relação existente entre a ordem da contagem de palavras presentes (Araújo, 2006). Dito isto, George K. Zipf por meio de uma análise da obra de Ulisses de Jayme Joyce, percebeu a correlação existente na frequência em que um número de palavras diferentes é utilizado, concluindo a presença de uma regularidade na escolha e uso delas dentro de um texto, e demonstrando que um número pequeno de palavras acaba sendo utilizado com muito mais frequência do que outras (Leite *et al.*, 2019). Deste modo, Zipf formulou duas leis, cujo foi identificada que a primeira poderia ser aplicada somente em palavras que se repetem com uma alta frequência, e a segunda lei proposta objetiva a sua aplicação em palavras que possuem uma baixa repetição dentro do texto, portando possuindo uma baixa frequência (Voese; Mello, 2013).

As práticas das técnicas bibliométricas são utilizadas com frequência nas pesquisas e estudos no campo das ciências sociais aplicadas (Silva *et al.*, 2016). Diante disso, a bibliometria possui como papel analisar a produção de trabalhos científicos de um país, na qual retrata por meio de seus indicadores o grau de desenvolvimento que se encontra uma determinada área do

conhecimento ou saber científico (Araújo; Alvarenga, 2011). Além disso, ela pode auxiliar na compreensão e identificação de novas temáticas e lacunas para futuras pesquisas (Silva *et al.*, 2016). Ademais, a bibliometria por meio de seus indicadores bibliométricos, possui grande relevância no planejamento, gestão e avaliação da tecnologia e da ciência em sua totalidade (Guedes, 2012).

## **2.2 Incentivos Fiscais**

Foi instituído no Brasil, a partir do ano de 1960, uma grande quantidade de incentivos fiscais – criados para alcançar objetivos diversos (Varsano, 1982). Diante disso, os incentivos fiscais surgiram para serem utilizados como uma estratégia para descentralizar o centro econômico nacional, que naquela época se concentrava na parte sudeste do país (Laurias, 2009). Segundo a mesma autora, a criação das chamadas “Superintendências de Desenvolvimento” teve um papel essencial para a evolução dos incentivos fiscais em todo o país, com ênfase na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). Ademais, nesse período os incentivos fiscais relacionados ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) foram os mais concedidos, visto que giravam em torno da redução do imposto devido ou do lucro tributável, ou até mesmo da isenção do imposto (Varsano, 1982).

O desempenho desenvolvido pelo governo dentro da conjuntura da macroeconomia, encontra-se intimamente conectada ao fluxo da atividade empresarial, onde o Estado e as Empresas se influenciam (Marostica; Petri, 2017). Diante do exposto, a partir da criação da Constituição Federal de 1988 e a falta de uma participação positiva do Estado, as entidades da federação se viram na obrigação de cumprir sua competência tributária de modo a realizar a concessão de incentivos fiscais por meio dos diversos dispositivos legais (Bentes; Nobre; Lima, 2017). Mais precisamente, é observado a habitual concessão de incentivos fiscais por parte dos entes federados, guiando os interesses privados em benefício do público, com finalidade de promover a proteção do meio-ambiente, o desenvolvimento econômico regional, além das atividades desportivas e culturais, e muitas outras (Nascimento, 2013).

Os incentivos fiscais no Brasil apresentam uma estrutura complexa em relação à sua concessão, demandando uma análise detalhada para compreensão plena de seu funcionamento (Bonat; Folloni, 2015). Grande parte das empresas não possuem o conhecimento a respeito dos benefícios que podem ser adquiridos pela participação em projetos baseados nas leis de

incentivo fiscal, além de não possuírem a estrutura necessária para fazer uso dessas ferramentas (Godoy; Ruffo; Seadi, 2009 *apud* Reginatto; Souza, 2015). Diante disso, os autores Reginatto e Souza (2015) descreveram as leis e os programas de Incentivos Fiscais Federais que estimulam o desenvolvimento, e que podem ser adotados pelos particulares, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1** – Exemplos de incentivos fiscais federais

<b>PROGRAMA E BASE LEGAL</b>	<b>LIMITE DE DEDUTIBILIDADE DO IRPJ</b>	<b>OBJETIVO DO PROGRAMA</b>
Fundo Nacional do Idoso (Lei nº 12.213/2010)	1%	Viabilizar os direitos assegurados à pessoa idosa.
Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNCRIANÇA (Lei nº 8.069/1990)	1%	Assegurar direitos à criança e ao adolescente.
Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991)	4%	Captar recursos para investimento em projetos culturais.
Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993)	3%	Incentivar a produção audiovisual de filmes no Brasil.
Lei Federal de Incentivo ao Desporto (Lei nº 11.438/2006)	1%	Fomentar as atividades de caráter desportivo.
Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS (Lei nº 12.715/2012)	1%	Captar recursos e direcioná-los a entidades sem fins lucrativos que tratem das deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais, mentais e outras.
Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Lei nº 12.715/2012)	1%	Captar recursos financeiros para entidades sem fins lucrativos, vinculadas à prevenção e ao combate ao câncer.

Fonte: Reginatto e Souza (2015).

O incentivo fiscal também pode ser descrito como um conglomerado de políticas econômicas, que possuem como objetivo fomentar a economia de uma região específica (Oliveira *et al.*, 2014). Diante disso, induzir os interesses dos particulares em favor do interesse público ou coletivo, pode ser realizado por meio da utilização dos incentivos fiscais como ferramenta de práticas de políticas públicas (Batista *et al.*, 2018). Em face do exposto, ressalta-se a Lei da Inovação, que permite uma maior interação entre as universidades e empresas para desenvolvimento científico e tecnológico (Vettorato, 2008), e a Lei do Bem, que é adotada pelos particulares, e possibilita o direcionamento dos dispêndios nas pesquisas por inovação (Kannebley Júnior; Porto, 2012).

As políticas industriais buscam induzir as empresas a seguirem um curso de ação desejado pelo governo e que para isso são utilizados mecanismos que incentivam as empresas

a cumprirem um papel atribuído (Weisz, 2006). A Lei de Inovação Tecnológica enfatiza a necessidade de ir além da mera realização de Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), seu objetivo é apoiar a transformação dessas atividades em produtos e processos inovadores, buscando melhorar o que já existe, ou criar soluções que atendam às demandas dos mercados domésticos e internacionais (Pereira; Kruglianskas, 2005). Segundo os mesmos autores, a lei procura um ambiente propício para a formação de parcerias estratégicas entre universidades, institutos tecnológicos e empresas, estimula a participação ativa das instituições de ciência e tecnologia no processo de inovação e viabiliza a incubação de empresas em espaços públicos, bem como o compartilhamento de recursos e infraestrutura.

A Lei do Bem permite a simplificação quanto ao uso dos incentivos fiscais pelas empresas que executam pesquisa de cunho tecnológica, ou de desenvolvimento tecnológico (Kannebley Júnior; Porto, 2012). A lei busca estimular a fase de maior incerteza e risco tecnológico enfrentada pelas empresas, que corresponde às atividades de (P&D), essa fase engloba desde a pesquisa básica dirigida até o desenvolvimento de protótipos, tecnologia industrial básica e apoio técnico, visando obter resultados inovadores (Piontkewicz *et al.*, 2017). Uma perspectiva favorável impulsiona as empresas a investirem em inovação para se tornarem competitivas e estrategicamente superarem os concorrentes e que nesse contexto, é essencial garantir transparência na divulgação dos recursos utilizados em projetos inovadores, de forma a permitir que os usuários das informações contábeis compreendam claramente os investimentos realizados pela empresa nessa área (Lopes; Beuren, 2016).

Os incentivos fiscais são ferramentas utilizadas pelo Poder Público para alcançar objetivos convenientes e necessários, por meio da desoneração do tributo – função extrafiscal (Bonat; Folloni, 2015). A atuação dos incentivos fiscais ocorre, majoritariamente, em razão do desenvolvimento de segmentos de pesquisa e desenvolvimento, parque industrial, e de mercado, além de contribuir com o estímulo relacionado aos comportamentos que estão conectados às políticas para benefício ambiental e social (Batista *et al.*, 2018). Diante do exposto, observa-se que os incentivos fiscais são objetos de estudos realizados por diversos pesquisadores, que buscam compreender as formas de sua concessão, seu impacto econômico, suas implicações no desenvolvimento regional e a análise de suas políticas (Oliveira *et al.*, 2014; Oliveira; Oliveira, 2016; Rossetti, 2019; Roque, 2017).

### 2.3 Renúncia Fiscal

Como afirmado pelos autores Bonat e Folloni (2015), os incentivos fiscais no Brasil apresentam uma complexa estrutura quanto à sua concessão. De outro modo, haja vista que os incentivos se baseiam por meio da renúncia fiscal, devem ser projetados levando em consideração as políticas públicas existentes e concedidos de forma cuidadosa (Cavalcante, 2017). Vale ressaltar que a concessão de incentivos deve ser feita após uma análise rigorosa de seus impactos orçamentários, pois concedidos sem controle ou de forma excessiva, ocasionam desequilíbrios econômicos, provocando danos no lugar de benefícios (Cavalcante, 2017).

A renúncia fiscal ou renúncia de receita, possui como uma de suas formas de atuação a concessão de incentivos fiscais (Broliani, 2004). Trata-se de uma medida adotada pelo Poder Público para apoiar atividades da iniciativa privada por meio da redução de alíquota ou base de cálculo, entre outros. A renúncia de receita pública não é mencionada de forma explícita no Código Tributário Nacional (CTN), mas algumas situações presentes em seus art. 170 a 182 relacionadas as modalidades de extinção ou exclusão crédito tributário, podem ser interpretados como renúncia de receita.

Como legislação acerca do referido assunto, destaca-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, a qual pontua as questões relacionadas à responsabilidade na gestão fiscal:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001) (Vide ADI 6357).

A renúncia de receita tributária é de competência de cada esfera do governo, que possuem a liberdade em instituir os tributos que lhe pertencem (Rodrigues, 2008). Segundo a mesma autora, renúncia de receita é a utilização do tributo de maneira extrafiscal, realizada por meio de mudanças em sua estrutura por lei específica, com a finalidade de atingir objetivos de ordem político-administrativa, econômico ou social. Além disso, o art. 14 da LRF pontua sobre as condições da concessão de benefícios tributários por meio dos Entes Políticos, prevê os casos que implicam sobre a redução do montante devido por meio da isenção de caráter não geral, anistia, remissão, alteração de alíquotas ou base de cálculo.

Segundo os autores Saiki e Alencar Júnior (2022), a isenção pode ser resumida como a desobrigação legal referente ao pagamento do débito tributário devido. A isenção não provoca a não incidência do tributo, pois mesmo com ela ainda haverá as obrigações tributárias dos fatos geradores que ocorreram, sendo excluído apenas na etapa do lançamento, e, portanto, não constituindo crédito tributário (Alexandre, 2017). A LRF em seu art. 14 destaca a concessão da isenção de caráter não geral, a qual impõe ao contribuinte que faça prova do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato, ou que o mesmo deixe de realizar alguma ação para que possa ser beneficiário do instituto (Rodrigues, 2008; Takeda, 2009). Ademais, o Código Tributário Nacional pontua as questões sobre a isenção em seu art.176, mais especificamente em seu art. 179 ele aborda sobre a isenção quando não concedida em caráter geral.

Anistia caracteriza-se como perdão relacionado as infrações e penalidades cometidas (Broliani, 2004). De outro modo, o Manual de Contabilidade Pública - MCASP (2022, p. 65) classifica a anistia “como o perdão da multa, que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu”. A anistia está prevista no CNT, a qual pode parcial ou total, abrangendo alguns tributos ou todos eles, desde que realizada por lei específica instituidora do benefício embasada no CTN art. 180 a 182 (Takeda 2009). Além disto, O art. 180 do CTN, pontua que o benefício só pode abordar as infrações que vieram a ser cometidas antes da vigência da lei que a concede (Alexandre, 2017).

A remissão difere da anistia em seus objetos de perdão, pois a remissão atinge a dívida como um todo (Takeda, 2009). Além disto, o direito tributário trata a remissão como uma forma de extinção do crédito tributário focado no tributo devido, enquanto a anistia trata-se da exclusão desse crédito (Kusaka; Costa; Ferraresi, 2012). De outro modo, a remissão pode ser definida com o perdão da dívida tributária, em algumas situações que são previstas na lei, tal como o valor considerado “diminuto” a dívida, ou seja, o valor considerado insignificante perante o total da dívida, o qual torna impossível que o sujeito passivo venha a quitar o débito existente (MCASP, 2022). Ressalta-se que é estabelecido no art. 172 do CTN que a lei pode autorizar a concessão da remissão, sendo de maneira parcial ou total do crédito tributário (Broliani, 2004).

A diminuição da alíquota ou da base de cálculo não deve ser confundida com isenção (Broliani, 2004). A autora Coelho (1999, p. 155) comenta que as “reduções de bases de cálculos e de alíquotas decorrem do modo de calcular o conteúdo pecuniário do dever tributário, determinando uma forma de pagamento”. O incentivo fiscal ao modificar a base de cálculo

consiste em reduzir a quantia tributável, excluindo elementos específicos (MCASP, 2022). Ainda, essa mudança pode acontecer sozinha ou em conjunto com a diminuição da taxa, expressa pela aplicação de um percentual menor. Dessa forma, compreende-se, por meio do art. 14 da LRF, a respeito da renúncia de receita, que pode ocorrer por meio da exclusão (isenção e anistia), da extinção (remissão) ou da modificação (alteração de alíquotas e base de cálculo).

## 2.4 Pesquisas Anteriores

Dando importância a discussão do tema proposto no referente estudo, surge a necessidade da realização de um referencial teórico construído com pesquisas semelhantes a esta. Entretanto, destaca-se que há apenas uma bibliometria sobre o tema incentivos fiscais (Almeida; Santos, 2019). Desse modo, foram considerados estudos semelhantes àqueles que desenvolveram uma bibliometria em áreas afins: tributação, planejamento tributário e contabilidade tributária. Ademais, a determinação desses estudos ocorreu por meio de busca em repositórios eletrônicos, sendo identificados sete pesquisas semelhantes (Archanjo, 2019; Eloy Junior; Soares; Casagrande, 2014; Fonseca *et al.*, 2020; Frederico; Carpes, 2018; Gomes; Machado; Souza, 2022; Ramos; Niveiros; Carneiro Junior, 2019).

Fonseca *et al.* (2020) realizaram uma revisão sistemática na *Web Of Science* abordando as pesquisas que continham a temática da tributação nos anos de 1945 a 2019. Deste modo, eles contataram que houve um crescimento significativo da produção de artigos no período, e que os anos de 2010 até 2019 representam 49,9% da amostra, demonstrando o grande avanço das publicações nos últimos nove anos da análise. Similarmente, os resultados obtidos por Archanjo (2019) mostram que entre os anos de 2006 e 2016 a maior concentração de artigos encontram-se entre os anos de 2010 e 2011, representando 28% dos trabalhos analisados. Ademais, os resultados da pesquisa bibliométrica feita por Gomes, Machado e Souza (2022) sobre a mesma temática, aponta que entre 2016 e 2020 houve uma queda na quantidade de publicações que gira entorno de 28% a 30%.

Archanjo (2019), em sua pesquisa sobre a tributação nos periódicos de economia no período entre 2006 e 2016, produziu um levantamento sobre a quantidade de vezes que um autor realizou publicações. Os resultados obtidos pelo autor confirmaram o que é dito pela lei de Lotka, de modo que 133 autores publicaram uma única vez, quando outros 20 publicaram apenas 2 vezes, e que somente 3 autores publicaram 3 vezes sobre o tema. Do mesmo modo, a pesquisa bibliométrica sobre a contabilidade tributária realizado por Eloy Junior, Soares e Casagrande (2014) também confirmou a lei, afirmando que poucos pesquisadores publicaram

muitos artigos (inferior a 1%), e muitos pesquisadores publicaram poucos artigos (78,5%). Entretanto, Gomes, Machado e Souza (2022) obtiveram resultados divergente, em seu estudo foi observado um total de 90% de autores que publicaram uma vez, onde é encontrado a presença de um *outlier*, em que um autor se destacou muito mais em relação aos outros, publicando 23 artigos e representando 15% do total dos artigos analisados.

Frederico e Carpers (2018), em sua pesquisa bibliométrica sobre planejamento tributário, realizaram um levantamento de 38 artigos e evidenciou a frequência na participação de parcerias na produção científica da temática. Diante disso, eles notaram que os artigos com 2 autores possuem uma maior frequência e se destacam sobre os demais (28,9%), enquanto na sequência apresentam-se artigos que possuem a parceria entre 3 e 4 autores em sua publicação. Da mesma forma, Ramos, Niveiro e Carneiro Junior (2019) encontraram resultados parcialmente similares, os quais indicavam que os trabalhos realizados por três autores apresentavam uma maior frequência, visto que tiveram uma maior quantidade de publicações encontradas. Ademais, em discordância com os dois trabalhos anteriores, o estudo bibliométrico na área da tributação de Archanjo (2019), observou a presença maior em trabalhos que possuem apenas dois autores (46 trabalhos), logo em seguida encontra-se os artigos que são produzidos de forma individual (30 trabalhos).

Gomes, Machado e Souza (2022) em sua pesquisa a respeito dos tributos, ranquearam as 11 palavras-chave que mais recorreram, dentro das 411 palavras que foram coletadas. Diante disso, os autores identificaram que na perspectiva da temática tributária as palavras que surgiram com maior intensidade estão relacionadas a assuntos envolvendo o planejamento tributário, tributação, carga tributária, agressividade fiscal, agressividade tributária, elisão fiscal, federalismo fiscal, tributos, gerenciamento tributário, micro e pequenas empresas e tax avoidance. Contudo, o autor Archanjo (2019) destacou apenas a palavra-chave principal “Reforma”, encontrada por meio de sua pesquisa, e que se mostrou presente em 18 trabalhos, demonstrando que grande parte das pesquisas relacionados ao tema tributação focaram em analisar os aspectos do sistema tributário que se apresenta distorcido, e que, portanto, necessita de uma reforma.

De outro modo, os autores Ramos, Niveiro e Carneiro Junior (2019) realizaram sua pesquisa bibliométrica na Base Atena, visando a temática sobre planejamento tributário entre os anos de 2002 e 2017. Os seus resultados mostram que a metodologia mais frequente observada nos artigos era o levantamento ou survey. Outrossim, Frederico e Carpers (2018) identificaram que quanto a abordagem metodológica dos artigos, 47,4% deles optaram por uma

abordagem qualitativa, e 28,9% quantitativa, enquanto apenas 15,8% optaram pela bibliométrica, mostrando que os autores têm preferência quanto a trabalhos de natureza qualitativa.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

As pesquisas que envolvem a revisão da produção científica são importantes, visto que contribuem com a informação de como um campo do conhecimento vem se desenvolvendo ao sistematizar o saber produzido (Jacomini; Penna; Bello, 2019). Ademais, há diferentes técnicas e procedimentos que podem ser utilizados para realizar o reconhecimento dos trabalhos científicos produzidos, como a *Systematic Review* (Sampaio; Mancini, 2006), a *Systematic Literature Review* (Kitchenham *et al.*, 2009), e o *Knowledge Development Process – Constructivist* (ProKnow-C) (Ensslin *et al.*, 2010).

O presente estudo optou por utilizar os procedimentos do método ProKnow-C, para realizar o mapeamento dos dados científicos. Esse processo é formado por quatro principais etapas: (i) seleção do portfólio bibliográfico; (ii) análise bibliométrica; (iii) análise sistêmica; (iv) desenvolvimento da pergunta de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos (Ensslin *et al.*, 2010; Vilela, 2012). Ademais, para alcançar o objetivo de pesquisa do referente estudo, serão utilizadas a seleção do portfólio bibliográfico e a análise bibliométrica, referente às duas primeiras etapas do método ProKnow-C.

#### 3.1 Seleção do Portfólio Bibliográfico

Para a identificação dos materiais científicos que formarão o portfólio bibliográfico, foi realizado uma pesquisa de forma sistematizada nos repositórios eletrônicos Periódicos Capes, Spell e SciELO. Nesses repositórios, foram aplicados os seguintes filtros: (i) publicados entre os anos de 2002 e 2022; (ii) na língua portuguesa; (iii) apenas artigos e (iv) utilização de palavras-chave para especificar a temática discutida na presente pesquisa, conforme a tabela 1.

**Tabela 1** - Palavras-chave utilizadas para busca dos artigos científicos

Repositório bibliográfico	Eixo 1	Booleano	Eixo 2	Artigos encontrados
Periódicos Capes	“Incentivo Fiscal”	OR	“Incentivos Fiscais”	71
SciELO	“Incentivo Fiscal”	OR	“Incentivos Fiscais”	06
Spell	“Incentivo Fiscal”	OR	“Incentivos Fiscais”	14
<b>Total de artigos</b>				<b>91</b>

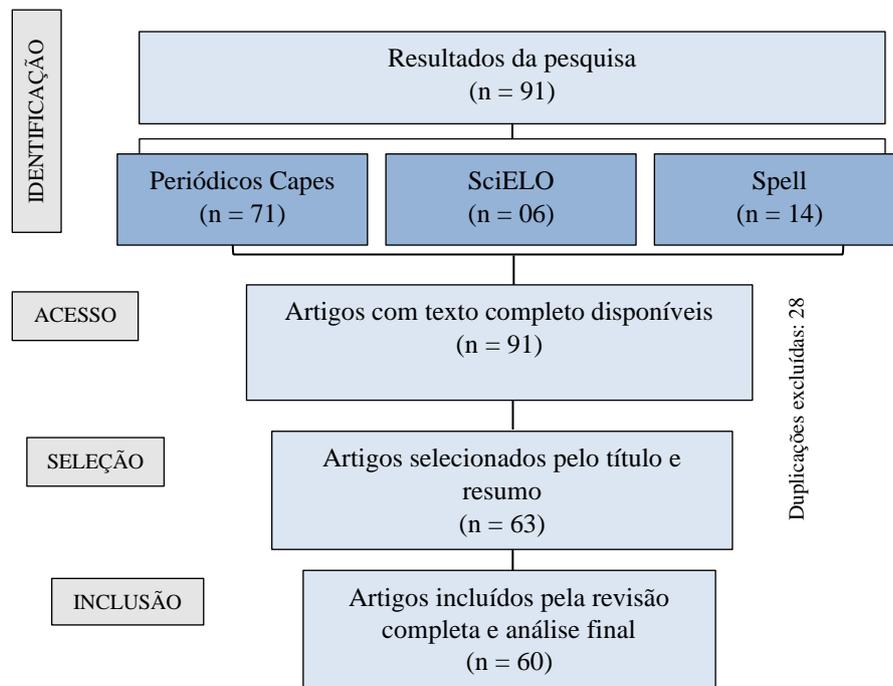
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A pesquisa dos artigos divide-se em dois eixos, no qual ocorre o emprego das palavras-chave entre aspas para que seja encontrado o termo completo na busca, assim como

demonstrado na tabela 1. Em suma, a busca dos artigos nas bases de dados foi realizada utilizando o booleano OR entre os eixos, selecionando o item de pesquisa “título do artigo”. De outro modo, a pesquisa referente a plataforma Spell corresponde a duas pesquisas individuais, utilizando os critérios estabelecidos e as palavras-chave “Incentivo Fiscal” e “Incentivos Fiscais”. Posto isso, a pesquisa resultou em 91 artigos sendo 71 do Periódicos Capes, 06 do SciELO, e respectivamente 14 do Spell.

Após a realização da busca pelos artigos científicos nas bases de dados seguindo os critérios propostos anteriormente, foram executadas as seguintes ações: (i) tentativa de realizar o download dos 91 artigos – tendo sucesso em conseguir acesso a todos os trabalhos gratuitamente e de forma integral; (ii) todos os artigos foram importados para um software de gerenciamento bibliográfico, o Zotero – nesse processo eliminou-se 28 trabalhos, pois se tratavam de artigos que se repetiam; (iii) realizou-se uma leitura breve dos artigos selecionando-os com foco no título e resumo, tendo como objetivo excluir os trabalhos que não estão de acordo com a temática proposta abordando os incentivos fiscais, resultando em uma amostra final de 60 artigos; e (iv) para finalizar realizou-se a leitura integral dos artigos e a tabulação dos dados.

**Figura 2** - Fluxograma da pesquisa nacional



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A Figura 2 ilustra os processos descritos anteriormente, que incluem a identificação, acesso, seleção e inclusão dos artigos na pesquisa. Na primeira etapa, foram identificados 91 artigos relacionados ao tema de incentivos fiscais, todos os quais tinham acesso ao texto completo. Na segunda etapa, foram selecionados 60 artigos, que possuíam o título e o contexto alinhado ao tema do referente estudo. Além disso, foram excluídos 31 artigos da amostra devido a duplicações e inadequações. Com isso, a amostra totalizou 60 artigos.

### **3.2 Análise Bibliométrica**

Em um segundo momento, após estruturação do portfólio bibliográfico, a pesquisa foi direcionada para a execução da análise bibliométrica, seguindo os critérios do método ProKnow-C. (Ensslin *et al.*, 2010). Na sequência, para que seja possível analisar os artigos que compõem a amostra da pesquisa com mais precisão, foi criada uma planilha no *software* Excel, de modo a alocar os dados e informações que foram retirados deles e que serão demonstrados nos resultados da pesquisa. Após esse processo, foi realizada uma leitura completa dos artigos que fazem parte da amostra coletada, identificando e quantificando as suas características, as quais serão apresentadas na discussão dos resultados.

Os dados extraídos dos artigos no decorrer do processo foram analisados por meio de aplicação de estatística descritiva, utilizando representações gráficas, quadros e tabelas para demonstrar as suas informações, como: (i) distribuição dos artigos de forma temporal; (ii) frequência da publicação dos autores; (iii) quantificação de autores por trabalho; (iv) quantificação dos trabalhos por vínculo; (v) frequência das palavras-chave; (vi) quantificação dos periódicos e qualis; (vii) natureza dos estudos; (viii) tipos de pesquisa e coletas de dados; (ix) setores e aspectos de incentivos fiscais; e (x) agenda de pesquisa.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados do estudo bibliométrico, os quais foram obtidos por meio do levantamento, leitura, tabulação e análise das informações provenientes dos 60 artigos disponíveis. Os resultados foram organizados em nove tópicos, permitindo destacar os principais atributos bibliométricos que caracterizam as pesquisas relacionadas aos incentivos fiscais a partir desta amostra.

### 4.1 Distribuição temporal dos artigos

Em primeiro plano, a análise é direcionada para a observação relacionada frequência em que os artigos sobre os incentivos fiscais foram publicados, especificamente a distribuição desses trabalhos no período de 2002 a 2022. Os resultados dessa investigação são apresentados no Gráfico 1.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

É notável que em 2018 e 2020 ocorreu o maior número de pesquisas dedicadas ao tema de incentivos fiscais, totalizando 8 artigos publicados em cada ano. Observa-se ainda que, ao longo dos 20 anos analisados, apenas nos anos de 2002 e 2003 não houve a publicação de artigos relacionados ao tema em questão. Entretanto, observa-se um aumento relevante no número de publicação de artigos nos períodos de 2010 a 2020, cujo está concentrado a maior parte da amostra. A partir da análise do Gráfico 1, destaca-se que a produção científica ao longo dos anos não segue uma distribuição linear, sendo a razão por trás dessas variações não identificadas

pelo referente estudo. Possivelmente, essa situação ocorre devido à inexistência de revistas especializadas no tema de incentivos fiscais (conforme evidenciado na tabela 6).

Uma situação semelhante foi notada em uma pesquisa comparável realizada por Fonseca *et al.* (2020), que identificaram um aumento significativo na produção de artigos sobre a temática da tributação entre 2010 e 2019. Isso reflete uma concentração expressiva da amostra nos anos mencionados, indicando um aumento do interesse e da produção acadêmica nesse domínio durante esse período. Em contrapartida, a pesquisa realizada por Gomes, Machado e Souza (2022) sobre a mesma temática indica uma redução na quantidade de publicações, variando de 28% a 30% nos anos de 2016 a 2020. Isso difere do presente estudo, que revela um aumento considerável no número de artigos durante esse período, ressaltando as disparidades nas tendências de publicação entre as duas pesquisas.

#### 4.2 Frequência da publicação dos autores

Por meio da análise da distribuição de frequência, destacaram-se os autores mais proeminentes na produção de artigos relacionados aos incentivos fiscais ao longo do período examinado. Nesse contexto, os autores que contribuíram com dois ou mais artigos foram listados na Tabela 2, ressaltando-se a autora Dalci Mendes Almeida, que se distinguiu com a publicação de três artigos em particular.

**Tabela 2 - Autores que obtiveram mais publicações**

<b>Autores</b>	<b>Contagem do Registro</b>
Almeida DM	3 publicações
Ckagnazaroff IB	2 publicações
Couto FF	2 publicações
Cunha LN	2 publicações
Pinheiro LET	2 publicações
Silva BS	2 publicações
Soares WL	2 publicações

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme indicado na Tabela 3, as publicações por autor variam de uma a três contribuições, não havendo registro de autores que tenham realizado quatro trabalhos ou mais. Em relação à temática dos incentivos fiscais, observa-se uma predominância de apenas um artigo por autor, com 128 autores representando 94,81% do total. Por outro lado, um número reduzido de autores contribuiu com duas publicações, totalizando apenas 6 autores (4,44%).

Destaca-se ainda uma única autora (0,75%) que se destacou com três artigos publicados sobre o tema.

**Tabela 3 - Quantidade de publicações por autor**

Número de publicações	Autores	Representatividade
1 publicação	128	94,81%
2 publicações	6	4,44%
3 publicações	1	0,75%
4 publicações ou mais	0	0,00%
Total	135	100%

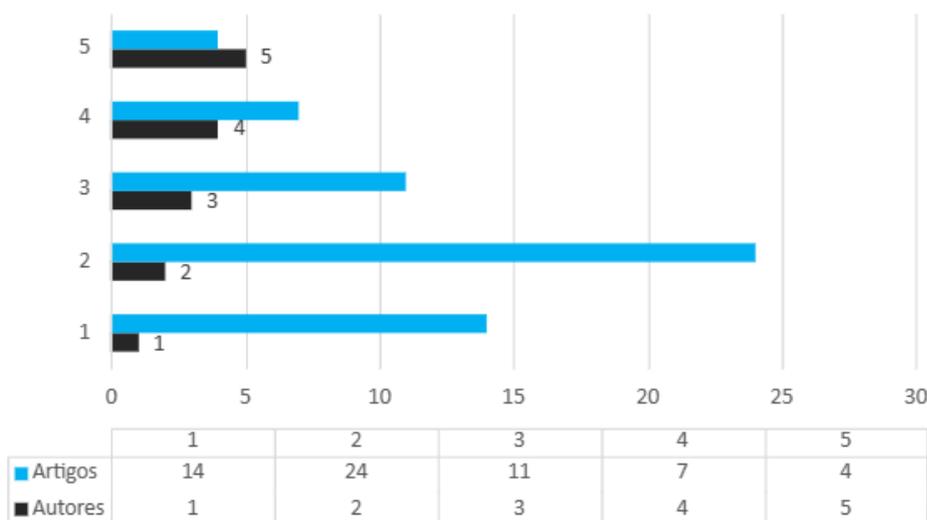
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir da Lei de Lotka (1926) observa-se uma predominância de autores que publicam uma vez e uma pequena parcela que publica mais de uma vez. Resultados semelhantes foram encontrados pelos autores Eloy Junior, Soares, Casagrande (2014) e Archanjo (2019) em suas pesquisas sobre a temática da tributação, que confirmaram o que é estabelecido pela Lei de Lotka. Contrariamente a esses estudos, os autores Gomes, Machado e Souza (2022) encontraram resultados distintos, com 90% dos autores publicando apenas uma vez e a presença de um outlier, mas ainda assim confirmaram os preceitos da Lei de Lotka. Com base nos resultados observados na Tabela 3, a primeira proposição é confirmada.

#### 4.3 Características de autoria: quantificação de autores por trabalho

Os dados relativos à quantificação de autores por trabalho estão apresentados no Gráfico 2, exibindo a quantidade de artigos publicados e a distribuição de publicações conforme o número de autores envolvidos.

**Gráfico 2 - Quantificação de autores por trabalho**



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A análise do Gráfico 2 revela que, no período examinado, foram identificados trabalhos abordando o tema de incentivos fiscais, variando desde abordagens individuais até composições por cinco integrantes. Isso indica que não há uma linearidade na relação entre a temática e o número de autores por trabalho. Destaca-se a predominância de trabalhos realizados por duplas, representando um total de 24 artigos na amostra analisada. Além disso, é evidente a relevância dos artigos produzidos por um único autor, totalizando 14 contribuições individuais. Em seguida, observa-se uma diminuição progressiva para trabalhos realizados por 3 autores (11 artigos), 4 autores (7 artigos) e 5 autores (4 artigos).

Os resultados encontrados correspondem parcialmente aos achados de Frederico e Carpers (2018) em seu estudo sobre planejamento tributário. Esses autores observaram que os artigos com dois autores se destacam com uma frequência maior em comparação aos demais (28,9%), assim como o encontrado na análise do presente estudo. Na sequência, os autores notaram que os artigos que contam com a colaboração de 3 a 4 autores em sua publicação se destacam, diferentemente do que foi obtido no Gráfico 2 deste estudo.

Em contraste, Ramos, Niveiro e Carneiro Junior (2019) encontraram resultados que indicavam que os trabalhos realizados por três autores apresentavam uma maior frequência, evidenciando um maior número de publicações. No entanto, este estudo alinha-se de maneira direta com as conclusões de Archanjo (2019), que observou uma predominância em trabalhos com apenas dois autores (46 trabalhos), seguido por artigos produzidos de forma individual (30 trabalhos).

#### 4.4 Quantificação dos trabalhos por vínculo

A tabela 4 apresenta dados sobre a distribuição de pesquisadores em diversas instituições de ensino. A coleta de informações envolveu levantamento junto às instituições mencionadas, com organização dos dados em uma tabela que destaca o número absoluto de pesquisadores e a porcentagem em relação ao total de 57 pesquisadores listados.

**Tabela 4** – Instituições vinculadas aos autores dos artigos publicados

Instituição de Ensino	Contagem do Registro	%
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	8	14,04%
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	7	12,28%
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	6	10,53%
Universidade Federal Fluminense (UFF)	6	10,53%

Universidade Federal de Goiás (UFG)	6	10,53%
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	5	8,77%
Universidade Fernando Pessoa (UFP)	4	7,02%
Universidade de Brasília (UNB)	4	7,02%
Universidade de São Paulo (USP)	4	7,02%
Instituto de Medicina, estudo e desenvolvimento (IMED)	2	3,51%
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	1	1,75%
Universidade Federal do Pará (UFPA)	1	1,75%
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2	3,51%
Instituto Federal do Rio grande do Norte (IFRN)	1	1,75%
Total	57	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A UFSC lidera a lista com 8 pesquisadores (14,04% do total), seguida por UFGD, UFMG e UFF. As quatro principais instituições concentram 47,38% dos pesquisadores, evidenciando sua relevância na pesquisa acadêmica. A inclusão da FGV, como uma instituição não universitária com 5 pesquisadores (8,77%), destaca a diversidade de participantes no cenário da pesquisa. Instituições como IMED, UFGD, UFPA e IFRN contribuem de forma mais modesta, refletindo uma distribuição equitativa em menor escala.

#### 4.5 Nuvem de palavras

Buscando identificar as palavras-chave mais frequentes nos 60 artigos analisados, foi desenvolvida uma tabela de frequência e uma nuvem de palavras. Os resultados, apresentados na Tabela 5, revelam a frequência precisa com que os termos ocorrem como palavras-chave nos trabalhos.

**Tabela 5** - Frequência de termos

<b>Palavras</b>	<b>Frequências</b>
Incentivos fiscais	37
Lei do bem	6
Guerra fiscal	6
Inovação tecnológica	4
Icms	4
Planejamento tributário	3

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).



**Tabela 6** - Periódicos de destaque do portfólio

Periódicos	N <sup>a</sup> de artigos
Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento	1
Revista Contemporânea de Economia e Gestão	1
Revista Direito e Desenvolvimento	2
Revista Espaço Acadêmico	2
Economic Analysis of Law Review	3

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com base na Lei de Bradford (1934), percebe-se que o tema dos incentivos fiscais apresenta uma alta dispersão, e nota-se também a escassez de periódicos que abordam esse assunto de maneira especializada, o que aponta para uma abordagem limitada desses estudos. Referente as revistas identificadas, destaca-se a revista internacional "Economic Analysis of Law Review" com três artigos nacionais publicados. Em seguida pela "Revista Direito e Desenvolvimento" e "Revista Espaço Acadêmico", ambas com dois artigos publicados. Ademais, percebeu-se presença de outras revistas como "Revista Contemporânea de Economia e Gestão" e "Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento", cada uma com uma contribuição ao portfólio bem como as 51 revistas que não estão presentes na tabela. As qualis mais trabalhadas de acordo com as revistas que foram comentadas e outras que não foram apresentadas, estão listadas na tabela 7. Os resultados observados na Tabela 6 apontam para a rejeição da terceira proposição da presente pesquisa.

**Tabela 7** - Classificação Qualis/Capes

Classificação Qualis/CAPES dos periódicos que compõem a amostra bruta	N <sup>o</sup> de artigos	Percentual
A1	2	3,33%
A2	7	11,67%
A3	10	16,67%
A4	10	16,67%
B1	9	15,00%
B2	10	16,67%
B3	9	15,00%
B4	3	5,00%
<b>TOTAL DE ARTIGOS</b>	<b>60</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Observando a distribuição dos artigos na amostra em relação às categorias Qualis, percebeu-se uma diversidade significativa. Destacam-se as categorias A3, A4, e B2 cada uma com 16,67% dos artigos, indicando uma presença substancial de trabalhos em periódicos de boa qualidade, embora não estejam no topo da classificação. A presença significativa de artigos nas categorias A2, B1, e B3, que compreendem 41,67% do total, sugere uma distribuição equilibrada entre periódicos de níveis intermediários. A presença de artigos na categoria A1 e B4 é mais limitada, indicando uma menor representação em periódicos de classificação inferior.

#### 4.7 Natureza, tipo de pesquisa e coleta de dados

A diversidade metodológica reflete a necessidade de uma abordagem holística para enfrentar a complexidade do tema em estudo. A combinação de métodos teóricos e empíricos permite uma compreensão mais completa e robusta do fenômeno, enriquecendo a qualidade da pesquisa conforme a tabela 6.

**Tabela 8 - Natureza dos estudos**

<b>Natureza do Estudo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Representatividade</b>
Teórico	14	23,33%
Teórico empírico	46	76,67%
Total	60	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A análise dos tipos de estudo revelou que a maioria dos trabalhos (76,67%) são teórico-empíricos, combinando revisão teórica com coleta de dados práticos. Esse enfoque sugere uma abordagem abrangente e aplicada, indicando um interesse em validar teorias na prática. Os estudos puramente teóricos representam 23,33%, enfatizando a importância de construir um sólido embasamento conceitual. A diversidade metodológica reflete uma abordagem equilibrada para compreender a complexidade do tema. Esses resultados sugerem uma maturidade no campo de estudo, buscando uma compreensão holística através da integração entre teoria e empirismo.

**Tabela 9 – Tipos de pesquisa**

<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Frequência</b>	<b>Representatividade</b>
Qualitativa	9	15,00%
Quantitativa	36	60,00%

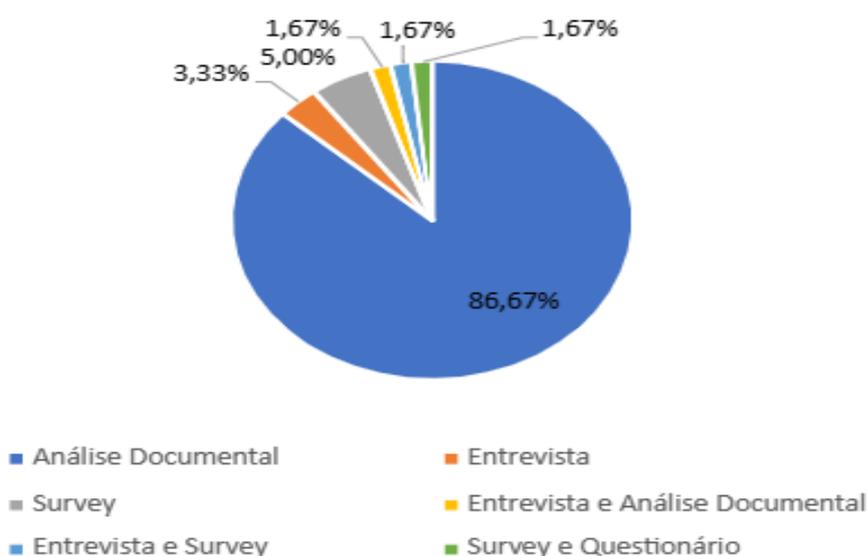
Quali-quant	15	25,00%
Total	60	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Neste segmento, realizou-se uma avaliação dos tipos de pesquisa quanto à sua abordagem metodológica, utilizando como referência as declarações explícitas dos autores. Na ausência de declarações sobre o tipo de pesquisa, a análise fundamentou-se nos métodos de coleta de dados utilizados. Assim, a tabela 9 apresenta a distribuição dos tipos de pesquisa em relação ao total da amostra analisada.

Com base nos resultados obtidos, constata-se que a pesquisa quantitativa é o tipo mais amplamente adotado pelos autores em suas obras, abrangendo 60% dos artigos analisados. Os demais tipos de pesquisa exibem uma distribuição proporcional, com a pesquisa quali-quant correspondendo a 25%, enquanto a pesquisa qualitativa compreende 15%. Vale ressaltar que tais achados diferem das conclusões de Frederico e Carpers (2018) em seu estudo sobre planejamento tributário, que identificaram uma preferência de 47,4% por uma abordagem qualitativa e 28,9% por uma abordagem quantitativa em relação aos tipos de pesquisa mais utilizados.

**Gráfico 3 – Técnicas de coleta de dados**

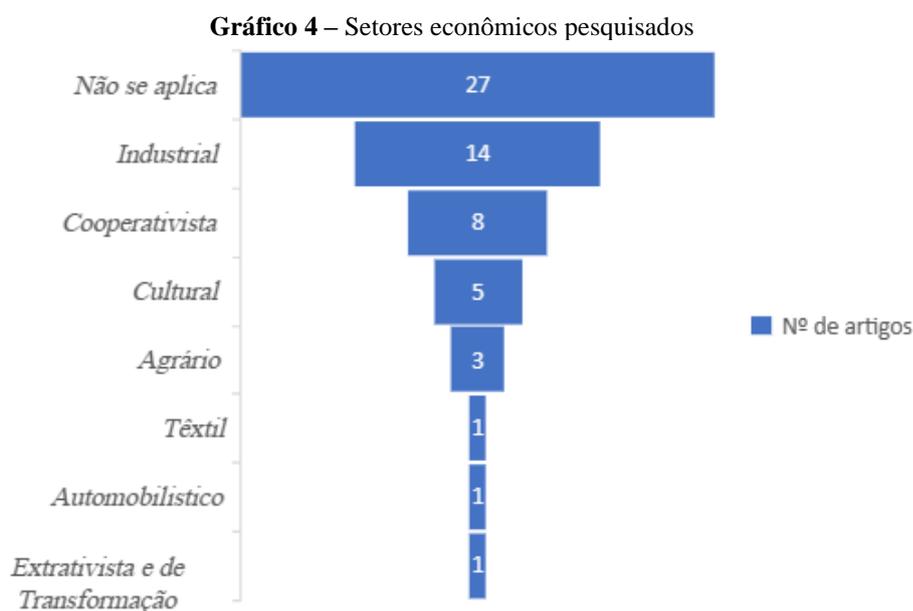


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No que diz respeito à técnica de coleta de dados, destaca-se que a análise documental é a mais amplamente empregada na produção de artigos sobre incentivos fiscais, presente em 86,67% dos estudos, conforme evidenciado no gráfico 3. Contudo, os demais trabalhos analisados apresentam uma representatividade mais modesta em relação à técnica de coleta de dados, dividindo-se entre entrevista (3,33%) e survey (5,00%). Ademais, é relevante ressaltar que se observou uma escassa utilização de múltiplas técnicas, representando apenas 4,11% do total da amostra analisada.

#### 4.8 Setores e aspectos de incentivos fiscais

Alguns estudos que exploram o tema dos incentivos fiscais direcionam suas pesquisas para os setores primário, secundário e terciário. Os artigos foram associados aos setores industrial, cooperativista, cultural, agrário, têxtil, extrativista e de transformação, e automobilístico. O Gráfico 4 exibe a distribuição de artigos nas áreas específicas dos respectivos setores mais abordados.



Com base nos resultados encontrados, destaca-se uma parcela significativa dos trabalhos que não se direcionam a áreas específicas dos setores primário, secundário e terciário, totalizando 27 trabalhos nos quais essa categorização não se aplica. O Gráfico 4 evidencia que a maioria dos artigos associados a um setor concentra-se no setor industrial, com 14 artigos. Em seguida, encontram-se trabalhos associados aos setores cooperativista (8 artigos), cultural (5 artigos), e agrário (3 artigos). Os demais setores apresentam apenas um único artigo cada.

Além disso, em relação método de incentivo fiscal abordado nos artigos, encontra-se detalhado na Tabela 10.

**Tabela 10 - Métodos de incentivo fiscal abordados**

<b>Métodos</b>	<b>Nº de artigos</b>	<b>Frequência</b>
Incentivo fiscal à inovação	2	3,33%
Incentivo fiscal de IRPJ	2	3,33%
Lei de incentivo fiscal	3	5,00%
Políticas de incentivo fiscal	8	13,33%
Programas de incentivo fiscal	8	13,33%
Incentivo fiscal de ICMS	9	15,00%
Visão geral	22	36,67%
Não se aplica	6	10,00%
Total	60	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os resultados da análise na Tabela 10 indicam que uma pequena porcentagem dos trabalhos (10,00%) não identificou o aspecto de incentivo abordado. Quanto ao aspecto mais explorado, destacam-se os estudos que realizam uma visão geral, totalizando 36,67% da amostra. Esse abrange artigos que examinam desde implicações até benefícios. Em seguida, outro que se destaca são os trabalhos que abordam os incentivos fiscais de ICMS, presentes em 15% dos artigos analisados. Outros aspectos que se sobressaem são aqueles relacionados às políticas e programas de incentivo fiscal, ambos com 13,33% dos artigos que compõem este estudo. Os demais apresentam uma representatividade mais modesta dentro dos trabalhos analisados.

#### **4.9 Agenda de Pesquisa**

A agenda de pesquisa é uma ferramenta crucial que agrega informações dos artigos utilizados na elaboração de trabalhos acadêmicos, percorrendo uma diversidade de abordagens teóricas e permitindo uma articulação coletiva (Mortimer, 2002).

Essa ferramenta estrutura detalhadamente esses trabalhos em um quadro, incluindo informações e sugestões fornecidas pelos próprios autores. A utilidade da agenda se estende a pesquisadores de diversas formas, destacando informações essenciais presentes nos textos acadêmicos para facilitar a visualização e compreensão dessas pesquisas. Contudo, é importante ressaltar que, na construção dessa agenda, algumas limitações foram identificadas,

especialmente relacionadas à disponibilidade de informações. Essas limitações resultaram na inclusão de apenas 17 artigos que continham sugestões e outras informações relevantes.

Quadro 2 – Agenda de Pesquisa

Autores (ano)	Propostas para estudos futuros
<b>Ramminger e Grasel (2006)</b>	Ampliar análises incluindo variáveis como impactos ambientais e distribuição de renda em diferentes estados. Objetivo: desenvolver metodologia robusta para avaliar resultados de incentivos fiscais e financeiros.
<b>Oliveira Júnior e Tabosa (2014)</b>	A carência de informações e melhor mensuração da atividade mineral na economia paraense são exemplos de pontos que precisam ser aprofundados para que se obtenha uma maior precisão das externalidades da renúncia fiscal.
<b>Oliveira <i>et al.</i> (2014)</b>	Identificar se esses comportamentos são similares aos de Teixeira de Freitas e se os incentivos fiscais são mecanismos eficientes para proporcionar o crescimento econômico de municípios de médio e pequeno porte.
<b>Almeida e Junges (2016)</b>	Aplicar a métrica em outras empresas para avaliar sua inovação e elegibilidade para benefícios da Lei do Bem, e explorar estudos sobre outros incentivos fiscais em pesquisa e desenvolvimento, dada a escassa abordagem desse tema nos meios científico e empresarial.
<b>Marques, Leal e Rody (2016)</b>	Sugere-se a ampliação de entrevistas em empresas que usam os benefícios do Capítulo III da Lei do Bem, assim como da amostra de questionários aplicados.
<b>Reis <i>et al.</i> (2016)</b>	Realizar a verificação da consistência das informações em outras Regiões brasileiras, bem como a realização de pesquisas em empresas de outros tipos societários, assim como analisar as subvenções governamentais recebidas das empresas e o retorno desses benefícios fiscais para a sociedade.
<b>Couto e Ckagnazaroff (2017)</b>	Sugere-se investigar a inadequação das condicionalidades para concessão de incentivos aos beneficiários, questionando sua eficácia na garantia do desenvolvimento. Além disso, é recomendável examinar a relação direta entre essas condicionalidades e as externalidades.
<b>Almeida e Santos (2019)</b>	Seguir abordagens de artigos internacionais. Destaca-se a necessidade de pesquisas experimentais sobre a eficácia dos incentivos fiscais no contexto brasileiro, considerando que estratégias tributárias podem impactar significativamente o retorno financeiro.
<b>Silva, Pinheiro e Souza Francisco (2019)</b>	Analisar como empresas com incentivos fiscais distribuem recursos (funcionários, governo, terceiros, capital próprio). Recomenda-se examinar o balanço social completo, não apenas a DVA, para verificar a aplicação desses recursos em iniciativas de desenvolvimento social e econômico.
<b>Calzolaio e Medina (2019)</b>	Verificar o grau no qual a Central e outras cooperativas acessam programas públicos voltados a inovação e que elos do sistema de inovação precisam ser aperfeiçoados.
<b>Félix, Correia e Andrade (2019)</b>	Identificar e observar os impactos dos incentivos fiscais em outras organizações e regiões brasileiras, com um corte temporal mais amplo e que contemple incentivos concedidos não só pelos Estados, mas também por outras esferas governamentais.
<b>Almeida e Pereira (2019)</b>	Assim, sugere-se para futuras pesquisas explorar diferentes métodos de abordagem e análise de dados ou aplicar as mesmas técnicas metodológicas em estudos semelhantes em outros estados, permitindo uma comparação dos resultados.
<b>Bornia, Almeida e Silva (2020)</b>	Sugere-se realizar novos estudos em empresas de diferentes setores e estados brasileiros que empregam inovação tecnológica, como P&D, para comparação com os resultados apresentados.
<b>Cunha e Soares (2020)</b>	Recomenda-se a pesquisa acerca da implementação de um novo modelo que promova o desenvolvimento de substâncias com impactos menos prejudiciais, visando a redução ou eliminação do uso de agrotóxicos e fortalecendo, assim, práticas agrícolas sustentáveis.
<b>Silva <i>et al.</i> (2020)</b>	Examinar qualitativamente a divulgação de incentivos fiscais nas demonstrações contábeis, usando o montante informado como variável independente. Realizar uma análise descritiva dos valores para identificar setores, níveis de governança, anos com maior incentivo, contrastando com a distribuição de valor. Sugere-se também testar variáveis explicativas adicionais.
<b>Ortiz <i>et al.</i> (2022)</b>	Recomenda-se que novas pesquisas sobre incentivos fiscais verdes explorem o conhecimento dos contribuintes sobre o IPTU Verde e seu interesse ambiental, visando avaliar o impacto desses fatores na adesão a essa política. Além disso, sugere-se investigar as razões para a concentração de municípios no Centro-sul na adoção do IPTU Verde em comparação com a baixa adesão em áreas da Amazônia e Nordeste, buscando insights para apoio governamental.

<b>Lolli (2022)</b>	Persiste o desafio da ausência de uma metodologia nacional ou critérios mínimos para padronizar o cálculo da renúncia de receitas por entes subnacionais, dificultando a sistematização. Talvez, seja pertinente que estudiosos e legisladores se concentrem nesse tema para promover maior transparência.
---------------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ao analisar a Agenda de Pesquisa, foram identificadas sugestões valiosas para futuras investigações, revelando áreas que ainda necessitam de estudo. Os autores sugerem replicar os métodos de pesquisa em diferentes amostras e explorar técnicas variadas de análise de dados, proporcionando uma visão mais abrangente do assunto. Essas recomendações não só aprimoram a qualidade das pesquisas, mas também contribuem para uma compreensão mais completa e aplicável do tema, fortalecendo o impacto das investigações no cenário acadêmico e prático. Cabe destacar que não foram identificados nos demais artigos propostas de futuras pesquisas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da escolha do tema "incentivos fiscais", estabeleceu-se o objetivo geral desta pesquisa: identificar o perfil das publicações científicas nacionais relacionadas a esse tema no período de 2002 a 2022. Mediante a análise bibliométrica dos dados, os resultados deste estudo evidenciam a consecução do objetivo geral proposto.

O presente trabalho revelou dados significativos sobre o perfil da produção científica nacional. Assim, destaca-se que, em relação à amostra analisada, a produção de artigos científicos se encontra intensificada nos anos de 2018, 2019 e 2020. Por outro lado, é importante ressaltar que a representatividade da produção científica foi limitada nos sete primeiros anos analisados, revelando um padrão de crescimento somente a partir de 2010. Esse contraste temporal sugere uma mudança significativa no interesse e na abordagem do tema ao longo do período estudado.

No que diz respeito aos autores que contribuíram para a produção dos artigos na amostra, destacaram-se nomes como Dalci Mendes Almeida, Ivan Beck Ckagnazaroff, Felipe Fróes Couto, Lucas Neves Cunha, Laura Edith Taboada Pinheiro, Bárbara Siqueira Silva e Wagner Lopes Soares. Além disso, em relação à quantidade de autores envolvidos na condução de pesquisas sobre o tema, nota-se que os trabalhos desenvolvidos em duplas e individualmente destacam-se, apresentando uma proporção maior em comparação com outras formas de colaboração. As afiliações dos autores no cenário estudado foram lideradas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), seguida pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No que se refere ao tipo de pesquisa predominante, destaca-se a abordagem quantitativa, representando cerca de 60% dos trabalhos analisados. De outro modo, a coleta de dados evidenciou uma predominância maior de uma técnica específica, sendo esta a análise documental, presente em 86,67% dos estudos. Isso demonstra a preferência dos autores pelo uso dessa abordagem e técnica de coleta.

A condução deste estudo baseou-se em três hipóteses, que os autores procuraram analisar no cenário da amostra coletada. A **primeira proposição** sugeriu que a **Lei de Lotka se confirmaria, indicando que a maioria dos autores publicaria apenas uma vez sobre os incentivos fiscais**. De acordo com os resultados deste estudo, constatou-se que a maioria dos autores possui apenas uma contribuição em relação ao tema, enquanto uma pequena parcela contribuiu com dois ou mais trabalhos. Desse modo, assume-se que a primeira proposição se confirma.

A **segunda proposição** sugere que **a Lei de Zipf se confirmará, comprovando uma frequência maior em torno da considerada palavra-chave "incentivos fiscais"**. De acordo com essa pesquisa, em relação às palavras mais recorrentes, observou-se que a expressão "incentivos fiscais" foi a que mais se manteve presente entre as palavras-chave, corroborando com o tema principal discutido por esses artigos e com o presente estudo. Assim, conclui-se que a segunda se confirma.

A **terceira proposição** sugere que **a Lei de Bradford se confirmará, levando em conta a grande quantidade dos artigos encontrados nos repositórios em relação aos incentivos fiscais**. De acordo com esta pesquisa, observou-se uma disposição dos periódicos que segue uma ordem de produtividade de artigos de forma decrescente. A maioria dos periódicos apresenta poucos artigos sobre o tema, enquanto outra parcela apresenta apenas alguns, sendo inexistente um periódico que produziu muitos artigos. Assim, conclui-se que a terceira proposição não se confirma.

As contribuições teóricas refletem a abordagem da lacuna de pesquisa que motivaram a realização deste estudo. Essas vertentes abrangem a produção de um estudo bibliométrico sobre os incentivos fiscais, considerando a ausência de trabalhos semelhantes, além de considerar como amostra os artigos presentes nos periódicos nacionais e detalhar os resultados relativos ao perfil dessas publicações científicas sobre o tema. Dessa forma, a partir desta pesquisa, é possível que estudos futuros possam ser comparados e contextualizados com a sugestão da agenda de pesquisa

As limitações desta pesquisa incluem a restrição da análise a artigos científicos disponíveis nos repositórios Capes, Spell e SciELO. Além disso, a ausência de outros estudos bibliométricos sobre o tema dificultou a formulação de hipóteses ou proposições de pesquisa, bem como a comparação dos resultados encontrados. Ademais, sugere-se a análise do panorama global do perfil da produção em relação aos incentivos fiscais, visando verificar as semelhanças com o cenário nacional.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, R. **Direito tributário**. 17. ed. Salvador: Edição JusPodivm, v. 11, 2017.
- ALMEIDA, C. M. S.; SANTOS, C. M. V. INCENTIVOS FISCAIS: UMA ANÁLISE DO PONTO DE VISTA BIBLIOMÉTRICO. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 3-17, 2019.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, p. 11-32, 2006.
- ARAÚJO, M. B.; BASANTE, J. G. Estudo sobre os incentivos fiscais na lei do bem. **Revista Sinergia**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 229-234, 2011.
- ARAÚJO, R. F.; ALVARENGA, L. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 16, n. 31, p. 51-70, 2011.
- ARCHANJO, J. L. S. Tributação em periódicos de economia: um estudo bibliométrico no período de 2006 a 2016. **Economia & Região**, v. 7, n. 1, p. 149-171, 2019.
- Batista, B. C., de Oliveira, M. O. F., de Almeida Dornellas, V., de Carvalho, V. R. T., & D'Andréa, R. (2018). Perfil metodológico dos incentivos fiscais aplicados em políticas públicas: uma análise do cenário de 2006 a 2016. **Revista Produção Online**, v. 18, n. 4, p. 1301-1321.
- BONAT, A. L.; FOLLONI, A. Incentivos fiscais e suas condições de validade: igualdade e proporcionalidade. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito–PPGDir. /UFRGS**, v. 10, n. 2, 2015.
- BORNIA, A.; ALMEIDA, D; SILVA, E. Indústrias inovadoras e a utilização dos incentivos fiscais à inovação tecnológica da Lei do Bem. **Revista del Departamento Académico de Ciencias Administrativas**, v. 15, n. 29, p. 107-126, 2020.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Institui o Código Tributário Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 out. 1966.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).** 9. ed. Brasília, 2021.

BROLIANI, J. N. Renúncia de receita e a lei de responsabilidade fiscal. **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 4, n. 18, p. 51-88, 2007.

CAFÉ, L.; BRÄSCHER, M. ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E BIBLIOMETRIA. **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, n. 1, p. 54-75, 2008.

CARPES, A.; FREDERICO, C. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre planejamento tributário. **Curso de Especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios**, 2018.

CAVALCANTE, D. L. **A (in) sustentabilidade do atual modelo de incentivos fiscais com fins ambientais.** Anais do 14º Congresso Nacional de Estudos Tributários do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, 2017.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.

COELHO, M. C. P. **A experiência da fama.** Editora FGV, 1999.

Costa, T., Lopes, S., Fernández-Llimós, F., Amante, M. J., & Lopes, P. F. **A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas.** 2012.

DIAS, T. C. OS INCENTIVOS FISCAIS: UMA MODALIDADE DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SEU IMPACTO NA CONTROLADORIA. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 1, n. 1, p. 29-35, 2015.

ELOY JUNIOR, A. C. C.; SOARES, S. V.; CASAGRANDE, M. D. H. A produção científica brasileira sobre contabilidade tributária em periódicos e eventos no período de 1989-2011. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 6, n. 1, 2014.

Ensslin, L., Ensslin, S. R., Lacerda, R. D. O., & Tasca, J. E. ProKnow-C, knowledge development process-constructivist. **Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil**, v. 10, n. 4, p. 2015, 2010.

FERREIRA, A. G. C. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 3, p. 1-9, 2010.

FONSECA, B. M., COSTA, D. F., ANDRADE, L. D., & MOREIRA, B. Análise Bibliométrica e Cientométrica do Campo Científico em Tributação. In: **20º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Anais... São Paulo**. 2020..

FORMIGONI, H. **A influência dos incentivos fiscais sobre a estrutura de capital e a rentabilidade das companhias abertas brasileiras não financeiras**. 2008. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2008.

GODOY, M; RUFFO, K.; SEADI, K. **O que toda empresa precisa saber para utilizar incentivos fiscais**. São Paulo: Editora DCL, 2009.

GOMES, R. A.; MACHADO, L. S.; SOUZA, E. S. PESQUISAS TRIBUTÁRIAS DIVULGADAS EM PERIÓDICOS DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO. **Contabilometria**, v. 9, n. 2, 2022.

GRIEBELER, M. P. D.; SILVA, J. F.; ALLEBRANDT, S. L. Análise da política de incentivos fiscais municipal: o caso de Osório/RS: repercussões e propostas. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 677-702, 2020.

GUEDES, V. L. S. A BIBLIOMETRIA E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO: uma revisão da literatura. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 74-109, 2012.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Encontro Nacional de Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2005.

HARADA, K. **Direito financeiro e tributário**. 22. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

JACOMINI, M. A.; PENNA, M. G. O.; BELLO, I. M. Estudos de revisão sobre produção acadêmica em políticas educacionais (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, 2019.

KANNEBLEY JÚNIOR, S.; PORTO, G. S. **Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil: Uma avaliação das políticas recentes**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, p. 01-54, 2012.

Kitchenham, B., Brereton, OP, Budgen, D., Turner, M., Bailey, J., & Linkman, S Revisões sistemáticas da literatura em engenharia de software – uma revisão sistemática da literatura. **Tecnologia da informação e software**, v. 1, pág. 7-15, 2009.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. L. Metodologia bibliométrica: uma revisão da literatura nacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 107-123, 2008.

KUSAKA, D. T.; COSTA, N. M. P. F.; FERRARESI, L. C. REMISSÃO DA DÍVIDA TRIBUTÁRIA. **Revista Linhas Jurídicas**, 2012.

LAURIAS, N. C. O PAPEL DOS INCENTIVOS FISCAIS NO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL EM GOIÁS (1998-2006). **Revista de Economia da UEG**, Anápolis, v. 5, p. 88-106, 2009.

Leite, R. A. S., SILVA, M. B., ARAGÃO, I. M., & Camargo, M. E. Bibliometria como trilha de conhecimento e pesquisa. **V Enpi**, v. 5, p. 1094-1105, 2019.

LOPES, I. F.; BEUREN, I. M. Evidenciação da Inovação no Relatório da Administração: uma análise na perspectiva da Lei do Bem (Lei Nº. 11.196/2005). **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, n. 1, p. 109-127, 2016.

Lousada, M., Garcia, C. L. S., Woida, L. M., Dal'Evedove, P., Garcia, R., & Valentim, M. L. P. Produção científica sobre gestão do conhecimento e gestão da informação no âmbito da ciência da informação: uma aplicação da Lei de Bradford. In: **Anales de documentación**. Facultad de Comunicación y Documentación y Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 2012.

Junior, C. M., de Souza, M. T. S., dos Santos Parisotto, I. R., & Palmisano, A. As leis da bibliometria em diferentes bases de dados científicos. **Revista de Ciências da Administração**, v. 18, n. 44, p. 111-123, 2016.

MANCINI, M. C.; SAMPAIO, R. F. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 10, 2007.

MARCELINO, M.; SOUZA, M. M. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS. **Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão**, v. 7, n. 13, p. 131-146, 2018.

MAROSTICA, J.; PETRI, S. M. Custo-benefício dos incentivos fiscais e indicadores de desempenho: um estudo de caso na empresa GRENDENE S/A. **Reflexão Contábil**, Maringá, v. 36, p. 136-152, 2017.

MARQUES, B. A.; LEAL, D.; RODY, P. H. A. CONTRIBUIÇÃO DA LEI DO BEM PARA O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DE UMA UNIDADE EMPRESARIAL E A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SOBRE INCENTIVOS FISCAIS E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 2, p. 40-58, 2016.

Matias, W. B., Athayde, P. F., Húngaro, E. M., & Mascarenhas, F. A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 95-109, 2015.

MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o Mito do Setor Público vs Setor Privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Portfólio-Penguin, 2014.

MORESCHI, C. L., BELLO, S. F., HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica da produção científica sobre comunicação alternativa – uma pesquisa na biblioteca virtual em saúde. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, 665-684, 2013.

MORTIMER, E. F. Uma agenda para a pesquisa em educação em ciências. **Revista brasileira de pesquisa em educação em ciências**, v. 2, n. 1, 2002.

MUGNAINI, R. A bibliometria na exploração de bases de Dados: a importância da Lingüística. **Revista Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 45-52, 2003.

NASCIMENTO, C. R. V. Políticas públicas e incentivos fiscais. **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 2013.

NASCIMENTO, L. R. C; LIMA, J. P. R. Incentivos fiscais (SUDAM e SUFRAMA) e a dinâmica industrial e agropecuária na Região Norte. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 23, p. 64-95, 2005.

OLIVEIRA, A. L. M.; OLIVEIRA, R. Incentivos fiscais e desenvolvimento econômico regional: um estudo sobre a Lei de Informática no Brasil. **Revista de Economia e Administração**, v. 15, n. 3, p. 287-313, 2016.

Oliveira, L. G. S. M., Cunha, J. V. A., ANTÔNIO, S., NASCIMENTO, D., & AVELINO, B. C Análise das políticas de incentivos fiscais nos municípios brasileiros: o caso da instalação da Grendene no município de Teixeira de Freitas–BA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 13, n. 40, p. 37-53, 2014.

PAULA, R. M.; COSTA, D. L.; FERREIRA, M. P. A percepção da carga tributária nas micro e pequenas empresas antes e após o Simples Nacional. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 11, n. 1, p. 34-51, 2017.

PEREIRA, J. M.; KRUGLIANSKAS, I. Gestão de inovação: a lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil. **RAE eletrônica**, v. 4, 2005.

PINHEIRO, L. V. R. LEI DE BRADFORD: UMA REFORMULAÇÃO CONCEITUAL. **Ciência da informação**, Brasília, v. 2, p. 59-80, 1983.

Piontkewicz, R., Freitas, M. D. C. D., & Biz, A. A Benefícios fiscais para incentivo à inovação tecnológica no Brasil: informação para uso no processo de tomada de decisão em indústrias de grande porte. **RACEF–Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 8, n. 2, p. 31-47, 2017.

PRITCHARD, R. D. Equity theory: A review and critique. **Organizational behavior and human performance**, v. 4, n. 2, p. 176-211, 1969.

RAMOS, A. V. R.; NIVEIROS, S. I.; JUNIOR, J. B. A. C. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA BASE ATENA NO PERÍODO DE 2012 A 2016. **Desafio Online**, v. 7, n. 2, 2019.

REGINATTO, D. A.; SOUZA, A. O. Análise dos incentivos fiscais ao desporto e Paradesporto no âmbito da lei nº 11.438/2006. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis**, Taquara, n. 8, p. 1-27, 2016.

REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z.; RATHKE, A. A T. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS INCENTIVOS FISCAIS SOBRE OS RETORNOS E AS POLÍTICAS DE INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 14, p. 28-49, 2018.

ROCHA, M. C. A eficiência dos incentivos fiscais à inovação tecnológica. **Radar Inovação**, v. 30, 2011.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, 7-16. 2008.

ROQUE, L. Incentivos fiscais e desenvolvimento regional. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, p. 299-326, 2017.

ROSSETTI, J. P. **Incentivos Fiscais**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

SAIKI, T. M. A.; ALENCAR JÚNIOR, O. G. EFEITO DA RENÚNCIA FISCAL NA FORMAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO PIAUIENSE-2015 A 2018. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 1, p. 291-310, 2022.

SALLES, G. R. M. ANÁLISE DA ALTA CARGA TRIBUTÁRIA E OS IMPACTOS NO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 6885–6899, 2023.

SANTOS, R. N. M.; KOBASHI, N. Y. BIBLIOMETRIA, CIENTOMETRIA, INFOMETRIA: CONCEITOS E APLICAÇÕES. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p.155-172, 2009.

SANTOS, U. P.; RAPINI, M. S.; MENDES, P. S. Impactos dos incentivos fiscais na inovação de grandes empresas: uma avaliação a partir Da pesquisa Sondagem de Inovação da ABDI. **Revista Nova Economia**, v. 30, n.3 p.803-832, 2020.

Sembay, M., Pinto, A. L., de Macedo, D. D. J., & Moreiro-González, J. A. Aplicação da Lei de Bradford a pesquisas relacionadas a Open Government. In: **Anales de Documentación**. Facultad de Comunicación y Documentación y Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 2020.

Quevedo-Silva, F., Santos, E. B. A., Brandão, M. M., & Vils, L Estudo bibliométrico: orientações sobre sua aplicação. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n. 2, p. 246-262, 2016.

SOBRINO, M. I. M.; CALDES, A. I. P.; GUERRERO, A. P. Lei de Lotka aplicada à produção científica da área de ciência da informação. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 2, n. 1, p. 16-32, 2008

SPLITTER, K.; ROSA, C. A.; BORBA, J. A. Uma análise das características dos trabalhos “ditos” bibliométricos publicados no nanpad entre 2000 e 2011. **XXXVI EnANPAD**, Rio de Janeiro, 2012.

TAKEDA, T. O. Renúncia de receita: repercussão da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, v. 7, n. 1, p. 125-146, 2009.

TAVARES, W. Q.; CELERINO, V. G. A Importância da Bibliometria para a Indexação Automática. **Revista de Biblioteconomia e da Informação**, Pernambuco, v. 4, p. 7-14, 2018.

URBIZAGASTEGUI, R. A. A produtividade dos autores sobre a Lei de Lotka. **Ciência da Informação**, v. 37, p. 87-102, 2008.

URBIZAGÁSTEGUI, R. A. A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. **Ciência da informação**, v. 31, p. 14-20, 2002.

VARSANO, R. Os incentivos fiscais do imposto de renda das empresas. **Revista brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 107-127, 1982.

VETTORATO, J. L. LEI DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Os aspectos legais da inovação no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 3, n. 3, p. 1-27, 2008.

VILELA, L. O. Aplicação do PROKNOW-C para seleção de um portfólio bibliográfico e análise bibliométrica sobre avaliação de desempenho da gestão do conhecimento. **Revista Gestão Industrial**, v. 8, n. 1, 2012.

VOESE, S. B.; MELLO, R. J. G. Análise bibliométrica sobre gestão estratégica de custos no congresso brasileiro de custos: aplicação da lei de lotka. **Revista Capital Científico Eletrônica**, v. 11, n. 1, 2013.

ZUCCOLOTTO, R.; RICCIO, E. L. Características da produção científica sobre transparência governamental publicada em periódicos internacionais. **Prisma. com**, n. 20, p. 21-46, 2013.